

Relatório da Administração - 2013

Em 2013, foram adotadas todas as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, objetivando preservar a situação econômico-financeira da Companhia face ao processo de descontinuidade de suas atividades operacionais.

Neste contexto, a Administração visando às obrigações futuras da Companhia, focou no aprimoramento dos critérios de mensuração e quantificação dos ativos e passivos

judiciais e na rígida adequação do nível das provisões técnicas através do acréscimo de reservas, sendo esses os fatores determinantes para o prejuízo registrado no exercício de 2013.

Em termos patrimoniais, a Cosep, cujo controle acionário é detido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com 94,7% das ações, encerrou o exercício

com Patrimônio Líquido de R\$ 177,6 milhões e ativos garantidores das reservas técnicas de R\$ 300,5 milhões.

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos.

São Paulo (SP), janeiro de 2014

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e 1º de Janeiro de 2012				Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e 1º de Janeiro de 2012					
(Em R\$ mil)				(Em R\$ mil)					
Ativo	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	Passivo	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante		315.279	322.765	353.435	Circulante		31.552	25.271	26.767
Disponível		12.885	12.883	7.716	Contas a Pagar		1.082	1.566	1.706
Caixa e Bancos		147	164	48	Obrigações a Pagar	12.1	260	354	695
Equivalente de Caixa	5	12.738	12.719	7.668	Impostos e Encargos Sociais a Recolher		268	284	409
Aplicações	5	300.761	307.788	343.837	Encargos Trabalhistas	12.2	554	649	599
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		1.005	1.300	922	Impostos e Contribuições	12.4	0	279	3
Prêmios a Receber	6.1	149	136	121	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		13	446	197
Operações com Seguradoras	6.4	784	827	652	Prêmios a Restituir		9	4	1
Operações com Resseguradoras	6.6	72	337	149	Operações com Resseguradoras		1	17	0
Outros Créditos Operacionais		12	32	9	Corretores de Seguros e Resseguros		76	79	79
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas		7	116	131	Outros Débitos Operacionais		360	97	95
Títulos e Créditos a Receber		342	443	498	Outros Débitos Operacionais	14	30.024	23.508	24.886
Títulos e Créditos a Receber	8.3	302	319	267	Danos		4.224	2.366	3.240
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	0	70	97	Pessoas		25.800	21.142	21.646
Outros Créditos	8.3	40	54	134	Passivo não Circulante		206.991	212.965	249.824
Outros Valores e Bens		148	176	191	Contas a Pagar		768	970	1.172
Bens a Venda		126	139	156	Tributos Diferidos	15	768	970	1.172
Outros Valores		22	37	35	Provisões Técnicas - Seguros	14.2	169.617	176.730	201.071
Despesas Antecipadas		10	10	12	Danos		50.587	51.493	56.323
Custos de Aquisição Diferidos		0	2	1	Pessoas		119.030	125.237	144.748
Seguros		0	2	1	Outros Débitos	16	36.606	35.265	47.581
Ativo não Circulante		100.866	112.733	135.200	Provisões Judiciais		36.606	35.265	47.581
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas		7	10.604	10.981	Patrimônio Líquido	18	177.602	197.262	212.044
Títulos e Créditos a Receber		82.943	92.127	113.596	Capital Social		120.000	120.000	120.000
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	320	310	164	Reservas de Lucros		57.723	86.292	101.332
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.2	82.441	91.130	112.829	(-) Ações em Tesouraria		(114)	(114)	(114)
Outros Créditos a Receber	8.3	182	687	603	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		(7)	(7)	(7)
Investimentos	9	5.114	7.068	7.530	Prejuízos Acumulados		0	(8.909)	(9.167)
Participações Societárias		0	1.491	1.491					
Imóveis Destinados à Renda		5.114	5.577	6.039					
Imobilizado	10	1.997	2.220	2.076					
Imóveis de Uso Próprio		1.513	1.650	1.788					
Bens Móveis		484	570	288					
Diferido	11	208	337	483					
Total do Ativo		416.145	435.498	488.635	Total do Passivo		416.145	435.498	488.635

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

	Reservas de Lucros						Ajustes com		Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ações em Tesouraria	Títulos e Valores Mobiliários	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 Publicado	120.000	10.739	90.593	(114)	(7)	0	221.211			
Reapresentação de Saldos Contábeis (Nota 2)	0	0	0	0	0	(9.167)	0			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (Ajustado)	120.000	10.739	90.593	(114)	(7)	(9.167)	212.044			
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(14.782)	(14.782)			
Transferência entre Reservas	0	0	(15.040)	0	0	15.040	0			
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	120.000	10.739	75.553	(114)	(7)	(8.909)	197.262			
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(19.660)	(19.660)			
Transferência entre Reservas	0	0	(28.569)	0	0	28.569	0			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	120.000	10.739	46.984	(114)	(7)	0	177.602			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

1. Contexto Operacional
A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo ("Companhia" ou "COSESP") é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29/09/1967, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, com sede na Rua Pamplona, 227, São Paulo/SP, e que tem como principal acionista a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores. A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2014.

2. Critérios de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aprovados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 464/2013.

Reapresentação das Informações Correspondentes
As informações correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, originalmente emitidas em 31 de janeiro de 2013 estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), pelos seguintes motivos: i) montantes que atendem a definição de caixa e equivalente de caixa, conforme nota 3.2, foram reclassificadas da rubrica "Aplicações Financeiras" para a rubrica "Equivalente de Caixa". ii) a Companhia passou a constituir Provisão de Despesas Relacionadas - PDR para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. iii) Tendo em vista a opção apresentada pela Circular SUSEP nº 464/2013, a Companhia optou por apresentar a demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto. Abaixo demonstramos os ajustes feitos ao balanço patrimonial e demonstração do resultado originalmente apresentados:

Ativo	31/12/2012			2011 (01/01/2012)		
	Saldos publicados 31/12/2012	Saldos reclassificados	Saldos ajustados	Saldos publicados 31/12/2011	Saldos reclassificados	Saldos ajustados
Circulante	322.765	0	322.765	353.435	0	353.435
Disponível	164	12.719	12.883	48	7.668	7.716
Caixa e Bancos	164	0	164	48	0	48
Equivalente de Caixa	0	12.719	12.719	0	7.668	7.668
Aplicações	320.507	(12.719)	307.788	351.505	(7.668)	343.837
Ativo não Circulante	112.733	0	112.733	135.200	0	135.200
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	10.981	0	10.981	11.515	0	11.515
Títulos e Créditos a Receber	92.127	0	92.127	113.596	0	113.596
Investimentos	7.068	0	7.068	7.530	0	7.530
Imobilizado	2.220	0	2.220	2.076	0	2.076
Diferido	337	0	337	483	0	483
Total do Ativo	435.498	0	435.498	488.635	0	488.635

Passivo	31/12/2012			2011 (01/01/2012)		
	Saldos publicados 31/12/2012	Saldos reclassificados	Saldos ajustados	Saldos publicados 31/12/2011	Saldos reclassificados	Saldos ajustados
Circulante	25.271	0	25.271	26.767	0	26.767
Passivo não Circulante	204.056	8.909	212.965	240.657	9.167	249.824
Contas a Pagar	970	0	970	1.172	0	1.172
Provisões Técnicas - Seguros	167.821	8.909	176.730	191.904	9.167	201.071
Danos	48.925	2.568	51.493	53.942	2.381	56.323
Pessoas	118.896	6.341	125.237	137.962	6.786	144.748
Outros Débitos	35.265	0	35.265	47.581	0	47.581
Patrimônio Líquido	206.171	(8.909)	197.262	221.211	(9.167)	212.044
Capital Social	120.000	0	120.000	120.000	0	120.000
Reservas de Lucros	86.292	0	86.292	101.332	0	101.332
(-) Ações em Tesouraria	(114)	0	(114)	(114)	0	(114)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	(7)	0	(7)	(7)	0	(7)
Prejuízos Acumulados	0	(8.909)	(8.909)	0	(9.167)	(9.167)
Total do Passivo	435.498	0	435.498	488.635	0	488.635

2.1 Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, é o Real (R\$).

2.2 Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As Notas Explicativas 3.1 - Contratos de seguros; 3.3 e 5 - Instrumentos financeiros; 7 - Créditos tributários e previdenciários, 14 - Provisões técnicas e 16 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:

3.1 Contratos de Seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a reativação das apólices vem sendo efetuada por determinação judicial, sendo os riscos emitidos caracterizados como contratos de seguros.

3.2 Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem o saldo em caixa, os depósitos bancários e os investimentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da transação, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e não são vinculados à cobertura de provisões técnicas, utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3 Instrumentos Financeiros

A Companhia determina a classificação inicial de seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Demonstrações de Resultado			
Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012			
(Em R\$ mil, exceto o Prejuízo Líquido por Ação)			
	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Prêmios Emitidos		19	1.577
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		20	2.184
Prêmios Ganhos		3.761	4.708
Sinistros Ocorridos	21	(32.846)	(21.738)
Custos de Aquisição		2	1
Outras Receitas e Despesas Operacionais		22	(469)
Resultado com Resseguro		(164)	(350)
Despesas Administrativas	23	(8.838)	(10.038)
Despesas com Tributos	24	(902)	(948)
Resultado Financeiro		25	8.500
Resultado Patrimonial		26	1.414
Resultado Operacional		(29.542)	(15.805)
Ganhos com Ativos não Correntes		27	9.742
Resultado antes dos Impostos e Participações		(19.800)	(14.927)
Imposto de Renda	29	126	126
Contribuição Social	29	76	76
Participações sobre o Resultado		(62)	(57)
Prejuízo Líquido do Exercício		(19.660)	(14.782)
Quantidade de Ações		120.000	120.000
Prejuízo Líquido do Exercício por Ação (Lote de 1.000 Ações) - R\$		(163,83)	(123,18)

As notas explicativas são

gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice de seguros ou de um endosso que modifique o valor do prêmio.

ii) Provisão Complementar de Cobertura - PCC

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. Esta provisão contempla as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial oriunda daquelas apólices com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. A Companhia segmentou o grupo de apólices em dois grupos distintos: a) O primeiro está composto por apólices com ações transitadas em julgado desfavoravelmente à Companhia (Grupo A); e b) O segundo corresponde às apólices que ainda estão em fase inicial de discussão judicial, com decisão em segunda instância e com decisão favorável à Companhia (Grupo B). O cálculo para o Grupo A considera a cobertura dos contratos/apólices como sendo vitalícia, e monta em 31 de dezembro de 2013 em R\$ 1.501 (R\$ 2.790 em 2012). A provisão para o restante das apólices (Grupo B), que ainda estão em fase de discussão no judiciário, com decisão em segunda instância e com decisão favorável à Companhia, representa a projeção dos prêmios a receber e das despesas correspondentes (fluxo de caixa), considerando, contudo, a vigência de doze meses, e monta em 31 de dezembro de 2013 R\$ 2.823 (R\$ 4.829 em 2012), reconhecida em razão de incertezas relativas às futuras decisões judiciais. O fluxo de caixa foi projetado como segue: ✓ Fluxo futuro dos sinistros a pagar (ocorridos e a ocorrer) com base na tábua de mortalidade BR-EMS. Adicionalmente, à obrigação primária de cobertura de morte, o cálculo também considera as coberturas adicionais, tais como IPA (Invalidez Permanente por Acidente), IPD (Invalidez Permanente por Doença) e cláusula cônjuge; ✓ Prêmios futuros, considerando a taxa de cancelamento zero, pela característica de apólices reativadas judicialmente; ✓ Comissões futuras, que, pela característica da carteira, que considera segurados reativados judicialmente, inexistem premissa relacionada ao corretor; ✓ Despesas administrativas futuras necessárias para manutenção das apólices, considerando a manutenção deste grupo de apólices até sua extinção. O resultado da projeção futura de prêmios, deduzidas as despesas administrativas, judiciais e sinistros futuros, é trazido a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e IGPM.

iii) Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras intermediárias. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial está classificada no passivo não circulante e a provisão é determinada de acordo com o estágio judicial de cada ação sendo atualizada monetariamente. De forma a complementar a provisão de sinistros a liquidar e de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281/2013, regulamentada pela Circular SUSEP nº 462/2013 e, a Companhia passou a mensurar os sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) que poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A metodologia considera os sinistros conhecidos e os ajustes de estimativas dos sinistros até o encerramento dos mesmos com data de aviso/citação posterior a 01/01/2008.

iv) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia considera os sinistros avisados, pagos ou ainda pendentes de pagamento, considerando eventuais ajustes decorrentes da regulação, utilizando técnicas estatísticas e atuariais aplicadas sobre informações históricas para o período de 96 meses.

v) Provisão de Despesas Relacionadas - PDR

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fazer frente à cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações de sinistros. A Nota Técnica foi elaborada de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281/2013, regulamentada pela Circular SUSEP nº 462/2013.

3.8 Teste de Adequação de Passivos - TAP

A Companhia elaborou o TAP para as apólices vigentes na data de execução do teste em atendimento à Circular SUSEP nº 457/2012. O teste de adequação de passivos foi efetuado considerando as premissas descritas no item 3.7. (ii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC). O cálculo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2013, apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

3.9 Passivos Financeiros

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

3.10 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

i) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii) Passivos Contingentes (Ações Judiciais não Relacionadas a Sinistros)

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.11 Patrimônio Líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

4. Gerenciamento de Risco

4.1 Risco de Subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria às expectativas da entidade quanto à sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados. Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscree riscos em função de decisões judiciais e, consequentemente, à medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, uma Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é reconhecida.

4.2 Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiências em contratos, descumprimentos de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos a terceiros. Essa definição inclui o Risco Legal. A Companhia mantém políticas definidas e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado *vis-à-vis* as competências necessárias. A Companhia mantém suas operações concentradas no Estado de São Paulo.

4.3 Risco de Crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade de contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de benefícios econômicos à Companhia. As perdas estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos. O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº 55.357, de 18 de janeiro de 2010, que determina que a COSESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional. Desta forma, a única exposição ao risco de crédito dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é o risco país, o qual é classificado com o rating interno "BBB" pela Agência Fitch.

4.4 Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia. O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do VaR (Value at Risk) divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabela abaixo:

Data	Valor Justo	VaR (%)
31/12/2013.....	313.381	14,0043%
31/12/2012.....	320.384	20,0063%

4.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos. Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros. As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)				
31/12/2013				
Descrição	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Prazo indeterminado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12.885	0	0	12.885
Aplicações.....	300.548	0	213	300.761
Total dos Ativos Financeiros (1)	313.433	0	213	313.646
Contas a Pagar.....	528	554	0	1.082
Débitos de Operações com Seguros.....	318	0	128	446
Provisões Técnicas de Seguros.....	30.024	0	169.617	199.641
Provisões Judiciais.....	0	0	36.606	36.606
Total dos Passivos (2).....	30.870	554	206.351	237.775
Total (1 - 2).....	282.563	(554)	(206.138)	75.871

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)				
31/12/2012				
Descrição	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Prazo indeterminado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12.883	0	0	12.883
Aplicações.....	307.621	0	167	307.788
Total dos Ativos Financeiros (1)	320.504	0	167	320.671
Contas a Pagar.....	917	649	0	1.566
Débitos de Operações com Seguros.....	22	0	175	197
Provisões Técnicas de Seguros.....	23.508	0	176.730	200.238
Provisões Judiciais.....	0	0	35.265	35.265
Total dos Passivos (2).....	24.447	649	212.170	237.266
Total (1 - 2).....	296.057	(649)	(212.003)	83.405

4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido

Nos termos das Resoluções CNSP 280/2013, 282/2013, 283/2013, as sociedades seguradoras deverão apurar patrimônio líquido ajustado (PLA) maior ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base, o capital de risco e a margem de solvência. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente ao risco de mercado a Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2013
(+) Patrimônio Líquido.....	177.602
(-) Despesas Antecipadas.....	10
(-) Ativo Diferido.....	208
(-) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA).....	177.384
a) Prêmios Retidos - Últimos 12 Meses (0,20).....	315
b) Sinistros Retidos - Últimos 36 Meses (0,33).....	8.160
Margem de Solvência - a ou b, o Maior (I).....	8.160
Capital Base (II).....	15.000
(+) Capital Adicional de Risco de Subscrição.....	4.575
(+) Capital Adicional de Risco de Crédito.....	7.188
(+) Capital Adicional de Risco Operacional.....	331
(-) Deflator em Função da Correlação Entre os Riscos.....	1.493
Capital Adicional (III).....	10.601
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre I, II e III.....	15.000
Suficiência de Capital (PLA - CMR).....	162.384

4.7 Análise de Sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade, consideramos o fator de risco taxa de juros, em função da relevância deste nas posições ativas e passivas da Companhia. As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre esta premissa em um cenário e condições normais de mercado.

i) Adequação de Passivo

A tabela demonstra a mudança esperada da variável e impacto potencial sobre o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido da Companhia em relação à Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Fator de Risco	Sensibilidade	Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros.....	+1,0%	133	133
Taxa de Juros.....	-1,0%	(143)	(143)

ii) Investimentos

O teste de sensibilidade apresenta o resultado da expectativa de mercado do aumento da taxa de juros aplicada de forma direta na rentabilidade do fundo de investimento exclusivo da Companhia. A análise de sensibilidade foi elaborada considerando o casamento dos ativos e dos passivos.

Fator de Risco	Sensibilidade	Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros.....	+1,0%	1.260	1.260
Taxa de Juros.....	-1,0%	(1.265)	(1.265)

iii) Sinistros

O teste de sensibilidade apresenta o impacto da expectativa de aumento dos sinistros retidos no resultado do exercício e no Patrimônio Líquido da Companhia. A metodologia aplicada considerou a sinistralidade das apólices emitidas por decisão judicial.

Fator de Risco	Sensibilidade	Patrimônio Líquido	Resultado
Aumento dos Sinistros Retidos.....	+10,0%	(773)	(773)
Redução dos Sinistros Retidos.....	-10,0%	801	801

5. Ativos Financeiros - Aplicações Financeiras e Equivalente de Caixa

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão assim apresentadas:

i) Valor Justo por Meio do Resultado:

Títulos	Vencimento		31/12/2013	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos.....	250.402	62.884	313.286	314.023
LFT.....	1.014	37.349	38.363	38.380
LTN.....	15.994	25.554	41.548	42.266
NTN.....	2.436	0	2.436	2.457
Operações Compromissadas (1).....	230.998	0	230.998	230.998
Contratos de Mercados Futuros (2).....	0	(19)	(19)	(19)
Tesouraria e Contas a Pagar.....	(40)	0	(40)	(59)
Outras Aplicações (3).....	213	0	213	213
Total.....	250.615	62.884	313.499	314.236

Títulos	Vencimento		31/12/2012	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos.....	282.680	37.660	320.340	320.384
LFT.....	243.912	20.303	264.215	264.215
LTN.....	0	14.923	14.923	320.384
NTN.....	0	2.434	2.434	
Operações Compromissadas (1).....	38.768	0	38.768	
Outras Aplicações (3).....	167	0	167	167
Total.....	282.847	37.660	320.507	320.551

Títulos	Vencimento		01/01/2012	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos.....	131.733	219.578	351.311	351.309
LFT.....	123.604	219.578	343.182	
Operações Compromissadas (1).....	8.217	0	8.217	351.309
Tesouraria e Contas a Pagar.....	(88)	0	(88)	
Outras Aplicações (3).....	194	0	194	194
Total.....	131.927	219.578	351.505	351.503

(1) As operações compromissadas estão aplicadas no Banco do Brasil S.A., em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional.
(2) Associado às operações com os títulos públicos, especificamente a LTN - Letras do Tesouro Nacional e tem como objetivo a redução da exposição a riscos de mercado e de taxas de juros.
(3) Fundos retidos do IRB.

5.1 Hierarquia do Valor Justo dos Ativos Financeiros

i) **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
ii) **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
iii) **Nível 3** - Premissas, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Títulos ao Valor Justo por Meio do Resultado e Equivalente de Caixa	31/12/2013	31/12/2012
Fundos de Investimentos - Exclusivo.....	313.286	320.340
Outras Aplicações.....	213	167
Total.....	313.499	320.507

5.2 Aplicações financeiras e equivalente de caixa - movimentação

Título	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2013
Quotas de Fundos de Investimentos.....	320.340	20.000	(50.692)	23.638	313.286
Outras Aplicações.....	167	46	0	0	213
Total.....	320.507	20.046	(50.692)	23.638	313.499

Título	Saldo em 31/12/2011	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2012
Quotas de Fundos de Investimentos.....	351.311	1.900	(60.023)	27.152	320.340
Outras Aplicações.....	194	0	(27)	0	167
Total.....	351.505	1.900	(60.050)	27.152	320.507

6. Créditos das Operações com Seguros e Resseguros

6.1 Prêmios a Receber

Descrição	31/12/2013		31/12/2012	
	Valores a Receber de Crédito	Prêmios a Líquido	Valores a Receber de Crédito	Prêmios a Líquido
Vida em Grupo.....	701	(557)	144	680
Outros.....	28	(23)	5	28
Total - Circulante ..	729	(580)	149	708

6.2 Prêmios a Receber por Vencimento

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Vencidos.....	647	636
A Vencer entre 1 e 30 Dias.....	82	72
Total - Circulante.....	729	708

6.3 Movimentação dos Prêmios a Receber

Prêmios Pendentes em 01.01.2012.....	677
Prêmios Emitidos.....	

10.1 Movimentação do Ativo não Circulante - Imobilizado

Descrição	Saldo Residual			Saldo Residual 31/12/2013
	31/12/2012	Aquisições	Depreciação	
Imóveis de Uso Próprio.....	1.651	0	(138)	1.513
Equipamentos de				
Informática.....	393	0	(83)	310
Sistemas Aplicativos.....	2	109	(23)	88
Equipamentos - Outros.....	48	0	(40)	8
Móveis, Máquinas e Utensílios.....	88	0	(38)	50
Veículos.....	38	0	(10)	28
Total.....	2.220	109	(332)	1.997

11. Diferido

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	31/12/2013	
		31/12/2013	31/12/2012
Organização, Implantação e Instalação	10%	1.290	1.351
Amortização Acumulada		(1.082)	(1.014)
Total.....		208	337

14. Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros

a) Movimentação das Provisões Técnicas

Descrição	31/12/2013			
	Saldo inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial).....	181.233	6.331	18.463	206.027
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR.....	8.909	1.126	0	10.035
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER.....	0	6.639	0	6.639
Provisão Complementar de Cobertura - PCC.....	7.619	188	(3.483)	4.324
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR.....	2.406	279	(375)	2.310
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG.....	55	686	(685)	56
Provisão Complementar de Prêmios - PCP.....	16	0	(16)	0
Total.....	200.238	15.249	13.904	199.641

Descrição	31/12/2012			
	Saldo inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial).....	203.791	7.053	13.320	224.164
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR.....	9.167	0	(258)	8.909
Provisão Complementar de Cobertura - PCC.....	10.324	7.047	(9.752)	7.619
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR.....	2.614	151	(359)	2.406
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG.....	31	965	(941)	55
Provisão Complementar de Prêmios - PCP.....	30	58	(72)	16
Total.....	225.957	15.274	1.938	200.238

Descrição	01/01/2012			
	Saldo inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial).....	190.631	6.949	10.473	208.053
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR.....	0	9.167	0	9.167
Provisão Complementar de Cobertura - PCC.....	0	10.349	(25)	10.324
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR.....	2.515	340	(241)	2.614
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG.....	29	735	(733)	31
Provisão Complementar de Prêmios - PCP.....	39	6	(15)	30
Total.....	193.214	27.546	9.459	200.238

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC), registrada em 2013, apresentou reversão no exercício em função de: (i) aumento da taxa de juros (ETTJ) utilizada no cálculo dos fluxos projetados; (ii) readequação atuarial de apólices reativadas por decisão judicial; e (iii) reavaliação das coberturas adicionais, de acordo com estatísticas mais atualizadas. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC), registrada em 2012, apresentou no exercício de 2012 uma movimentação elevada em função de (i) constituições de ajustes de estimativas em razão da redução da taxa de juros utilizada no cálculo dos fluxos projetados; e (ii) reversões em razão de decisões judiciais que contestavam a possibilidade de encerramento do contrato de seguro de forma unilateral, favoravelmente à Companhia. Esta decisão, dentro dos critérios estabelecidos em nota técnica atuarial própria, mencionados na nota explicativa 3.7.ii, possibilitou a reversão de parte da provisão.

b) Composição das Provisões Técnicas Líquida de Resseguro

Descrição	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG.....	56	56	55	55	31	31
Provisão Complementar de Cobertura - PCC.....	4.324	4.324	7.619	7.619	10.324	10.324
Provisão Complementar de Prêmios - PCP.....	0	0	16	16	30	30
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL.....	176.277	165.662	181.224	170.237	203.791	192.188
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR.....	10.035	10.035	8.909	8.909	9.167	9.167
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados.....	6.639	6.639	0	0	0	0
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	2.310	2.205	2.415	2.290	2.614	2.453
Total.....	199.641	188.921	200.238	189.126	225.957	214.193
Circulante.....	30.024	29.908	23.508	23.377	24.886	24.637
Não circulante.....	169.617	159.013	176.730	165.749	201.071	189.556

14.1 Provisão de Sinistros a Liquidar - Circulante

Descrição	31/12/2013		31/12/2012	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo Anterior.....	13.412	13.406	11.888	11.800
Sinistros Avisados.....	4.992	4.975	4.564	4.500
Ajustes de Estimativas.....	(640)	(675)	(1.620)	(1.567)
Pagamentos.....	(1.148)	(1.101)	(1.420)	(1.327)
Atualização Monetária e Juros.....	34	34	0	0
Provisão de Sinistro a Liquidar.....	16.650	16.639	13.412	13.406

14.2 Provisão de Sinistros a Liquidar - não Circulante

Descrição	31/12/2013		31/12/2012	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Saldo Anterior.....	167.821	156.839	191.904	180.389
Novas Constituições no Período.....	1.339	1.280	2.489	2.412
Baixa da Provisão por Êxito.....	(2.568)	(2.280)	(3.437)	324
Alteração da Provisão por Alteração de Estimativas ou Probabilidade.....	21.671	21.681	18.376	15.606
Total Pago no Período.....	(41.741)	(41.596)	(51.991)	(51.234)
Atualização Monetária e Juros.....	13.105	13.098	10.480	9.888
Provisão de Sinistro a Liquidar.....	159.627	149.022	167.821	156.839

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 159.627 (R\$ 167.821 em 31/12/2012), estão provisionados na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar - não circulante", e são constituídos levando em conta o estágio processual de cada discussão e são atualizados monetariamente pelo INPC, acrescido dos juros simples de 0,5% a.m. até dez/2002 e 1% a.m. a partir de jan/2003 até a data-base. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Chances de Ocorrência	31/12/2013			31/12/2012		
	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado*	Qtde. ações	Valor em risco	Valor provisionado*
Provável.....	998	112.379	112.379	951	100.218	100.218
Possível.....	1.212	127.032	62.112	1.786	178.356	85.466
Remota.....	1.047	128.225	0	973	98.664	0
Total.....	3.257	367.636	174.491	3.710	377.238	185.684

* Valor bruto de cosseguro cedido de R\$ 14.864.

14.3 Tabela de Desenvolvimento de Sinistro

Data do Aviso	até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
No final do ano da divulgação.....	252.035	20.380	7.627	5.543	4.755	4.131	4.393	298.864
1 Ano Depois.....	5.515	(1.903)	(1.182)	(208)	(514)	246		1.954
2 Anos Depois.....	38.014	703	375	85	362			39.539
3 Anos Depois.....	42.217	555	100	328				43.200
4 Anos Depois.....	27.685	1.311	276					29.272
5 Anos Depois.....	26.022	1.108						27.130
6 Anos Depois.....	30.745							30.745
Sinistros Acumulados.....	422.233	22.154	7.196	5.748	4.603	4.377	4.393	470.704
Pagamentos Acumulados.....	(271.343)	(15.898)	(4.370)	(2.438)	(845)	(1.039)	(609)	(296.542)
Provisão de Sinistro a Liquidar.....	150.890	6.256	2.826	3.310	3.758	3.338	3.784	174.162
PSL Retrocessão - IRB.....								2.115
Total da Provisão de Sinistro a Liquidar.....	150.890	6.256	2.826	3.310	3.758	3.338	3.784	176.277

14.4 Garantia das Provisões Técnicas

Encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de Prêmios não Ganhos.....	56	55
Provisão Complementar de Cobertura.....	4.324	7.619
Provisão Complementar de Prêmios.....	0	16
Provisão de Sinistros a Liquidar.....	176.277	181.233
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	2.310	2.406
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados.....	6.639	0
Provisão de Despesas Relacionadas.....	10.035	8.909
Total de Provisões Técnicas.....	199.641	200.238
(-) Operações com Resseguradoras.....	(10.720)	(11.112)
Total a ser Coberto.....	188.921	189.126
Quotas de Fundos de Investimentos.....	300.548	316.170
Garantias das Provisões Técnicas.....	300.548	316.170
Suficiência.....	111.627	127.044

15. Tributos Diferidos

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a reavaliação capitalizada totalizam R\$ 768 (R\$ 970 em 2012).

16. Provisões Judiciais

Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade, posicionamento dos Tribunais.

16.1 Provisões Fiscais

INSS

Refere-se à autuação fiscal procedida pelo INSS, sob a alegação de não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos em dinheiro a título de vale-transporte, conforme Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15.03.2002. Para garantia da demanda, a Companhia possui depósito judicial atualizado no montante de R\$ 999 em 31 de dezembro de 2013. Para a demanda em questão a Companhia obteve decisão parcialmente favorável.

12. Contas a Pagar

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Pagamentos a Efetuar Diversos.....	260	354
Total.....	260	354

12.2 Impostos e Encargos Sociais a Recolher

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
IOF a Recolher, IRRF Retido na fonte, Imposto sobre Serviços - ISS, Contribuição Previdenciária e FGTS.....	268	284
Total.....	268	284

12.3 Encargos Trabalhistas

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Férias a Pagar.....	413	484
Encargos Sociais.....	141	165
Total.....	554	649

13. Débitos de Operações com Seguros e Resseguros

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Comissões e Pró-Labore sobre Prêmios a Receber.....	128	133
Outros.....	318	64
Total.....	446	197

garantia que atualizado em monta R\$ 11.194. (R\$ 10.670 em 2012). A classificação da probabilidade de êxito efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia é de possível.

PIS e COFINS

A Companhia impetrou em 1999 ações judiciais nas quais questionava a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas pela Lei nº 9.718/1998. Estas ações judiciais foram transitadas em julgado com decisão favorável à Companhia. Com o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, pleiteado nas ações judiciais, a Companhia apresentou pedidos de habilitação dos referidos créditos tributários dos exercícios de 1999 a jun/2009 junto a Receita Federal do Brasil - RFB.

18. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

(b) Reserva de Lucro

Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital.

(c) Ações em Tesouraria

Aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº 021/2003 e Processo S.F. nº 002-26290/1999.

(d) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, após deduções determinadas ou admitidas em Lei, bem como o pagamento sob a forma de juros sobre o capital próprio.

19. Prêmios Emitidos Líquidos

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Prêmios Emitidos.....	1.853	2.094
Prêmios Cancelados.....	(116)	(286)
Prêmios Restituídos.....	(160)	(57)
Prêmios de Retrocessões.....	0	4
Total.....	1.577	1.755

20. Variações das Provisões Técnicas de Prêmios

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Variação da Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG.....	(1)	(24)
Variação da Provisão Complementar de Cobertura - PCC.....	3.295	2.705
Variação da Provisão para Despesas Relacionadas - PDR.....	(1.126)	258
Variação da Provisão Complementar de Prêmios - PCP.....	16	14
Total.....	2.184	2.953

21. Sinistros Ocorridos

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Indenizações Avisadas Administrativas.....	(5.897)	(4.384)

Aos Diretores e Acionistas da**COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo**

1. Em conformidade com o disposto na Resolução CNSP nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP nº 272, de 22/10/2004, realizamos a Avaliação Atuarial das provisões técnicas dos ramos de seguro operacionalizados pela COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, constituídas em 31/12/2013, de acordo com a Circular SUSEP nº 462/2013, consolidada em Julho/2013.

2. Nossos trabalhos foram desenvolvidos de acordo com metodologias atuariais internacionalmente aceitas e aderentes à legislação em vigor, tendo como objetivo a determinação dos compromissos financeiros que a Seguradora terá com o pagamento dos eventos já ocorridos e que ainda irão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de seguros em vigor na data-base analisada, independentemente da emissão de novos prêmios. Especificamente com relação à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), a Companhia adotou metodologia considerando os sinistros conhecidos a partir de 2008, o que representam 72 meses de base estatística e que, em nosso entendimento, suficiente para a apuração desta provisão.

3. Os resultados apurados na Avaliação Atuarial e no Teste de Apuração de Passivo (TAP) demonstram que as provisões técnicas contabilizadas na data-base analisada estão adequadas, inclusive a provisão de insuficiência de prêmios constituída, bem como não foi detectada nenhuma situação relevante que comprometa a solvência atuarial da Seguradora.

4. Recomendamos, entretanto, melhoria dos processos de registros dos sinistros judiciais, em especial com datas de aviso anteriores a 2008 pois, embora a base estatística utilizada para o cálculo da Provisão de IBNER seja de 72 meses, o que consideramos estatisticamente suficiente, o prazo médio para conclusão dos processos judiciais no Brasil gira em torno de 5 a 8 anos.

São Paulo, 24 de janeiro de 2014

Exacttus Consultoria Atuarial Ltda.

CNPJ nº 08.401.127/0001-03

CIBA nº 111

Miki Massui

Atuária MIBA nº 825

COSESP - Companhia de Seguros**do Estado de São Paulo****Gilberto Antonio Gonçalves Pucci**

Diretor Técnico - Atuário Responsável Técnico

MIBA nº 1044

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

Em atendimento à Circular SUSEP nº 462/2013, a Companhia constitui, em 31 de dezembro de 2013, a Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) no montante de R\$ 6.639 mil. Tal provisão foi constituída com base em metodologia técnica atuarial que não considerou os sinistros conhecidos anteriores a 2008. Conseqüentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a necessidade de incremento da referida provisão.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfases**Continuidade**

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, desde o exercício de 2007 a Companhia não mais comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela Companhia contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. A reativação provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais ordenadas por juízes em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar passaram a serem proferidas desde o exercício 2007, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Em 22 de dezembro de 2009 porém, a Lei Estadual nº 13.917 autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da Companhia, bem como deliberar a sua liquidação e subsequente extinção. Considerando o indeferimento do pedido de liquidação da Companhia pela Procuradoria Federal, a Administração da Companhia continua preparando as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos bem como, seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nosso relatório não contém modificação em relação a este assunto.

Contratos de seguro em discussão judicial

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.7 ii, por determinação judicial, determinadas apólices do ramo vida vêm sendo reativadas sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. A Companhia tem apresentado recursos contra essas decisões judiciais sendo incerto o desfecho final dos processos judiciais em curso. Para fazer face à possíveis desequilíbrios atuariais que possam se materializar caso as ações em curso sejam julgadas, em última instância, desfavoravelmente à Companhia, vem sendo constituída uma Provisão Complementar de Cobertura que monta em 31 de dezembro de 2013 a R\$ 4.324 mil. Essa provisão considera ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. O valor dessa provisão é revisito periodicamente na medida em que as ações judiciais são julgadas nas diversas instâncias. Nosso relatório não contém modificação em relação a este assunto.

São Paulo, 31 de janeiro de 2014

**KPMG Auditores Independentes**

CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, representado pelos membros efetivos que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, à vista do relatório dos Auditores KPMG Auditores Independentes, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, com a seguinte ressalva: "Em atendimento à Circular SUSEP nº 462/2013, a Companhia constitui, em 31 de dezembro de 2013, a Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) no montante de R\$ 6.639 mil. Tal provisão foi constituída com base em metodologia técnica atuarial que não considerou os sinistros conhecidos anteriores a 2008. Conseqüentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a necessidade de incremento da referida provisão." Entretanto o Parecer Atuarial, emitido pela Exacttus Consultoria Atuarial Ltda., elaborado de acordo com as normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aponta que a metodologia adotada pela Companhia é suficiente para a apuração da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados

(IBNER), abaixo transcrito: "Especificamente com relação à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), a Companhia adotou metodologia considerando os sinistros conhecidos a partir de 2008, o que representam 72 meses de base estatística e que, em nosso entendimento, suficiente para a apuração desta provisão." O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social e do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer Atuarial, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 28 de janeiro de 2014

Maria Constança Figueiredo**Alexandre Artur Perroni****Nelson Okamura****COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

co se sp
seguros